

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA



Freepik

Portal TEA planeja facilitar o acesso a serviços públicos

Rio aprova criação de portal digital para pessoas autistas

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta quinta-feira (21), o projeto de lei que cria o Portal TEA. A plataforma digital é voltada para a promoção e a efetivação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O texto, de autoria do deputado Samuel Malafaia (PL) e da ex-deputada Alana Passos, segue agora para a análise do governador em exercício, Ricardo Couto, que terá até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta. O objetivo principal da iniciativa é unificar o atendimento e facilitar a rotina de milhares de famílias fluminenses que enfrentam dificuldades diárias para acessar os serviços públicos disponíveis no estado.

Gestão integrada e novos dados

O Portal TEA funcionará por site e aplicativo, reunindo todos os serviços estaduais voltados ao público autista. O canal permitirá o agendamento de atendimentos e o registro de reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados. Além disso, o sistema servirá como ferramenta de gestão, obrigando o Governo do Estado a contabilizar e atualizar anualmente o número total de pessoas com TEA em todo o território fluminense.

Banco de imagens / Alerj



As mudanças são essenciais para proteger os beneficiários

Regras mais rígidas do Rioprevidência

O Diário Oficial publicou nesta quinta-feira (21) a Lei 11.193/26, que cria regras rígidas de transparência para as aplicações do Fundo Previdenciário do Rio. De autoria dos deputados Luiz Paulo (PSD) e Guilherme Delaroli (PL), a norma obriga a autarquia a publicar relatórios semestrais detalhados na internet. Os documentos devem conter o Plano Anual de Investimentos, taxas de juros, custos de gestão e a identificação das instituições financeiras, visando proteger os recursos de aposentadorias. A gestão do Rioprevidência divulgará periodicamente o extrato de todas as aplicações financeiras.

Veto do governador em exercício

O governador em exercício, Ricardo Couto, vetou os trechos que limitavam as aplicações do fundo a bancos públicos federais. O Executivo justificou que a restrição prejudicaria a concorrência e a diversificação da carteira. A gestão reforçou que o plano de 2026 já prevê critérios técnicos de governança e controle de riscos, garantindo a segurança dos ativos.

Novo presidente

A Comissão de Economia da Alerj elegeu, por unanimidade, o deputado Filipe Soares como presidente do colegiado nesta quinta. O parlamentar destacou o foco na segurança jurídica e no desenvolvimento do Rio. A vice-presidente, Célia Jordão, defendeu audiências públicas com setores produtivos para debater o comércio.

IA no trabalho

A Alerj aprovou o projeto de lei que cria a Política de Aprendizado para a Interação entre Trabalhadores e Inteligências Artificiais. A proposta do deputado Arthur Monteiro foca na capacitação digital e prevê programas de requalificação, via Faetec, para funções afetadas pela automação. O texto segue para sanção.

Doação de órgãos

O Rio de Janeiro conquistou a segunda maior taxa de autorização familiar para doação de órgãos do país, com 67% de aceitação em 2025. O índice divulgado pela ABTO supera a média nacional de 55%. Segundo a Secretaria de Saúde, o resultado reflete o Plano Estadual de Transplantes e o treinamento de equipes.

Ensino de Libras

O Governo do Rio e a Fundação Cecierj abriram inscrições para um curso gratuito e inédito de aperfeiçoamento em Libras. Serão oferecidas 600 vagas, com 100 reservadas para professores da rede estadual. A formação será a distância, com duração de sete meses, visando fortalecer a inclusão de alunos surdos nas escolas.

Capacitação

Servidores de São Gonçalo concluíram a capacitação do programa estadual Fumaça Zero para prevenção e combate a incêndios florestais. O curso reuniu agentes da Defesa Civil, Guarda Municipal e Meio Ambiente. As aulas uniram teoria sobre legislação e práticas em campo para melhorar a resposta a queimadas na região.

Vias em ordem

A Operação Cabo Frio em Ordem fiscalizou o entorno das obras de drenagem e pavimentação na Rua Orlando Bragança, em Tamoios. A ação emitiu seis notificações por ocupação irregular de calçadas e vias com materiais e entulhos. A prefeitura realizou orientações e informou que denúncias podem ser feitas no disque 153.



Medida visa operações em alta capacidade em portos do Rio

Novo regime especial incentiva as importações

RioComex reduz o ICMS para aumentar a competitividade

Da Redação

O Estado do Rio de Janeiro contará com um novo mecanismo para estimular suas operações de comércio exterior e atrair investimentos. Foi publicada no Diário Oficial a Lei 11.192/26, que institui o Regime Diferenciado de Tributação para estabelecimentos de comércio exterior, batizado de RioComex. A legislação, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e sancionada pelo Executivo, terá validade até o dia 31 de dezembro de 2032.

A proposta permite ao território fluminense adotar incentivos fiscais semelhantes aos que já são praticados por estados concorrentes no setor, como Espírito Santo e Santa Catarina. Na prática, o texto reduz ou adia a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que atuam com a importação de bens acabados, desde que cumpram contrapartidas. Entre os produtos beneficiados estão eletrônicos, eletrodomésticos, medicamentos, materiais de construção, veículos e cosméticos. Ficam restritas mercadorias como café, cacau, minério de ferro e gasolina.

O principal benefício é o diferimento do ICMS nas importações, postergando o pagamento do imposto para o momento

em que a mercadoria circular dentro do estado. As empresas terão direito a crédito presumido em operações interestaduais de até 70% do valor do tributo devido mensalmente (ou 75% nas internas), além da redução da base de cálculo para que o imposto final resulte em 4%.

Para aderir, os negócios precisam estar habilitados no Siscomex da Receita Federal, manter regularidade fiscal e realizar o desembaraço aduaneiro em portos ou aeroportos do Rio de Janeiro. A adesão será feita via pedido na Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ). Empresas que já eram habilitadas pela regra anterior (Lei 9.025/20) poderão migrar automaticamente para o novo formato.

O Governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, vetou o trecho que permitia a empresas vindas do Simples Nacional a adesão imediata após o desligamento do regime simplificado, sob a justificativa de que a medida ultrapassaria os limites jurídicos do modelo do Espírito Santo, usado como base de reciprocidade. O RioComex busca reverter o cenário apontado pela Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (ABECE): o Rio responde por apenas 13% das importações do país, ocupando o 8º lugar no ranking nacional.